

Decisão da CPI protege seus próprios membros

Geraldo Magela

Geraldo Magela

Com a decisão de não apurar a eventual responsabilidade de 127 parlamentares na inclusão ilegal de emendas na lei orçamentária de 1992, a CPI do Orçamento protegeu, além do relator Roberto Magalhães (PFL-PE) e do coordenador Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), outros seis deputados e senadores que integraram ou ainda integram o seleto time de investigadores do Congresso.

Os deputados Nelson Trad (PTB-MS) e Costa Ferreira (PP-MA), e o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que têm assento garantido na bancada dos interrogadores, também aparecem na listagem já em poder da CPI como autores de "emendas piratas". Absolvidos de antemão pela nota oficial divulgada sexta-feira — em que a CPI pede desculpas aos 127 parlamentares e os classifica como "não necessariamente culpados" —, os três deputados poderão continuar a ser juízes de seus colegas.

Participação — Não terão de explicar, como os outros 50 parlamentares colocados na desagradável condição de depoentes, se tiveram alguma participação na liberação de frações dos US\$ 220 milhões pagos ilegalmente pelo Governo Federal em 1992. Os redutos

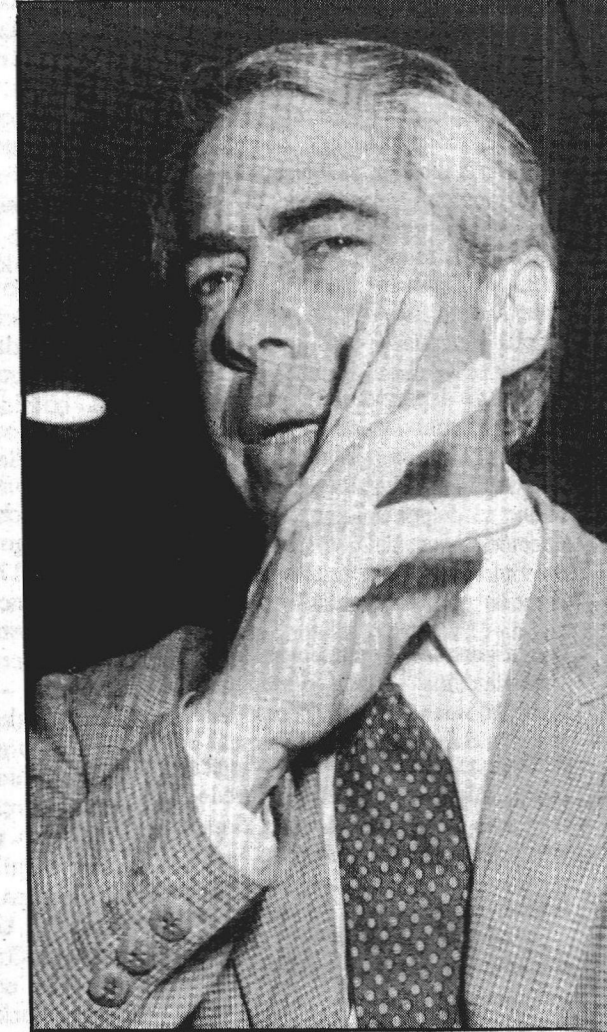
eleitorais de Nelson Trad, por exemplo, surgem na lista como beneficiários de US\$ 552 mil, destinados a obras rodoviárias, e obtidos por meio das emendas clandestinas. Em nome de Costa Ferreira, também membro suplente da CPI, foram liberados US\$ 874 mil para obras de ampliação em portos do Maranhão.

Saíram dos cofres públicos para financiar "emendas piratas" registradas como de autoria do senador Carlos Patrocínio mais US\$ 377 mil, originariamente reservados para canalização de córregos e construção de postos de benefícios. Outros ex-integrantes da CPI, como o deputado Wagner Nascimento (PP-MG), e o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), substituídos recentemente, segundo a Secretaria da Comissão, se destacaram na lista das "emendas piratas": as liberações em nome destes parlamentares ultrapassaram US\$ 3 milhões.

Emendas — As emendas do senador Divaldo Suruagy (PMDB-AL), outro que freqüentou a CPI na condição de suplente, totalizaram, de acordo com a listagem preparada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Paulo Bisol (PSB-RS), US\$ 506 mil. As rubricas atribuídas ao relator-geral da CPI, de-

putado Roberto Magalhães, e ao coordenador da subcomissão de emendas, Sigmaringa Seixas, reveladas na última quarta-feira, somam, respectivamente, US\$ 975 mil e US\$ 368 mil. Como têm feito a maioria dos 127 parlamentares incluídos na listagem, Magalhães e Seixas afirmaram não ser responsáveis pelas modificações em suas emendas.

Como praticamente isentou o grupo dos 127, a CPI se limitará a investigar unicamente quais foram os responsáveis pela inclusão de 394 emendas, rejeitadas ou inexistentes, no Orçamento de 92 depois que o projeto de lei já havia sido votado pelo plenário do Congresso. Neste quadro, a responsabilidade pelas alterações deverá recair sobre o ex-relator geral da Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), e seus auxiliares diretos. A decisão de não pedir explicações, ainda que por escrito, aos 127 parlamentares provocou uma discussão de mais de duas horas, a portas fechadas, na noite de quinta-feira. "Estamos jogando a sujeira para baixo do tapete", definiu o senador José Paulo Bisol, durante a reunião. Apesar disso, Bisol foi voto vencido.



Magalhães e Sigmaringa apresentaram "emendas piratas" e não serão ouvidos na CPI